



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

Processo n.º 08007212120208205001

MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANTONIO MARCOS FLORENCIO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho retro, esclarecer o que segue.

Em cumprimento à condenação imposta nos autos, cumpre esclarecer que o demandado providenciou dois pagamentos. O primeiro pagamento foi realizado no valor de R\$ 2.946,23, de acordo com a condenação imposta em sentença, em 29/07/2020, vejamos:

Banco do Brasil

Nº DA PARCELA

0

DATA DO DEPÓSITO

29/07/2020

AGÊNCIA (PREF / DV)

3795

Nº DA CONTA JUDICIAL

2200132192453

DATA DA GUIA

29/07/2020

Nº DA GUIA

2689054

Nº DO PROCESSO

08007212120208205001

TRIBUNAL

TRIBUNAL DE JUSTICA

COMARCA

NATAL

ORGÃO/VARA

24 VARA CIVEL

DEPOSITANTE

RÉU

VALOR DO DEPÓSITO (R\$)

2946,23

NOME DO RÉU/IMPETRADO

TIPO DE PESSOA

Jurídico

CPF / CNPJ

NOME DO AUTOR / IMPETRANTE

ANTONIO MARCOS FLORENCIO DA SILVA

TIPO DE PESSOA

Física

CPF / CNPJ

03202667459

AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA

DC7746F396672FC6

CÓDIGO DE BARRAS

Ocorre que, após inteporção de recurso pela parte autora, foi realizado cálculo do saldo remanescente devido da seguinte forma: o valor da condenação imposta via acórdão até a data do primeiro pagamento realizado em 29/07/2020, a subtração do valor já quitado e posterior atualização do montante encontrado até a data do depósito. Vejamos:

Dispositivo:

Ante o exposto, rejeito a preliminar ventilada pelo recorrido. Conheço e dou provimento ao apelo para que a correção monetária incida a partir do evento danoso, bem como majoro os honorários advocatícios para o montante de R\$ 1.046,00 (mil e quarenta e seis reais), mantendo a sentença em seus demais termos.

Diante do provimento do recurso, deixo de majorar a verba advocatícia nos termos do art. 85, §11, do Código de Processo Civil e REsp nº 1.357.561 do STJ.

É como voto.

Natal, data de registro no sistema.

Cálculo:

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 2.357,10
Indexador e metodologia de cálculo	INPC-IBGE - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Setembro/2017 a Julho/2020
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	21/1/2020 a 29/7/2020

Dados calculados		
Fator de correção do período	1034 dias	1,093165
Percentual correspondente	1034 dias	9,316461 %
Valor corrigido para 1/7/2020	(=)	R\$ 2.576,70
Juros(190 dias-6,00000%)	(+)	R\$ 154,60
Sub Total	(=)	R\$ 2.731,30
Valor total	(=)	R\$ 2.731,30


$$R\$ 2.731,30 + R\$1.046,00 - R\$2.946,23 = R\$ 831,07$$

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	RETROAGIMOS OS CALCULOS EM 2 MESES
Valor Nominal	R\$ 831,07
Indexador e metodologia de cálculo	INPC-IBGE - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Maior/2020 a Novembro/2020
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	29/7/2020 a 4/1/2021

Dados calculados		
Fator de correção do período	184 dias	1,026340
Percentual correspondente	184 dias	2,634019 %
Valor corrigido para 1/11/2020	(=)	R\$ 852,96
Juros(159 dias-6,00000%)	(+)	R\$ 51,18
Sub Total	(=)	R\$ 904,14
Valor total	(=)	R\$ 904,14

Comprovante de pagamento:



 Banco do Brasil

				Nº DA CONTA JUDICIAL
				1400104963451
Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA	
0	05/01/2021	3795	ESTADUAL	
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO	TRIBUNAL	
04/01/2021	2689054	08007212120208205001	TRIBUNAL DE JUSTICA	
COMARCA	ORGÃO / VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
NATAL	24 VARA CIVEL	RÉU	904,14	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A		Jurídica	61074175000138	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
ANTONIO MARCOS FLORENCIO DA SILVA		Física	03202667459	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
131C3B58F3A715C8				
CÓDIGO DE BARRAS				

Após apuração do montante ainda devido, foi realizado o segundo pagamento no montante de R\$ 904,14, em 05/01/2021. Desta forma, considerando os pagamentos nos valores de R\$ 2.946,23 e R\$ 904,14 foi pago o valor final de R\$ 3.850,37. Pelo exposto, considerando os esclarecimentos prestados e a satisfação da obrigação, vem postular pela expedição de alvará à parte autora e seu patrono e posterior extinção do processo, nos termos do art. 924, II, CPC.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

NATAL, 7 de abril de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/RN 980-A

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
5432 - OAB/RN